

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO	15
NOTA DO AUTOR.....	21
INTRODUÇÃO.....	27
1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL E INTERPRETAÇÃO CONFORME COMO PARÂMETROS NORMATIVOS PARA A PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS COMO INSTRUMENTO DE EFETIVIDADE E ACESSO À JUSTIÇA.....	33
1.1 A constitucionalização do processo e o modelo constitucional de processo civil brasileiro.....	33
1.1.1 Estado constitucional contemporâneo.....	33
1.1.2 A supremacia constitucional	34
1.1.3 A Constituição Federal como base fundamental de todo ordenamento jurídico.....	35
1.1.4 Interpretação conforme a Constituição.....	38
1.1.5 O Código de Processo Civil e os influxos constitucionais.....	43
2. PRINCÍPIOS DO PROCESSO NA CONSTITUIÇÃO E AS DIRETRIZES INTERPRETATIVAS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO NO DIREITO PROBATÓRIO E NO DIREITO PROBANTE.....	51
2.1 O direito probatório e o <i>direito probante</i> – uma relevante distinção.....	51
2.2 O <i>direito probante</i> como desdobramento dos princípios do processo na Constituição Federal.....	52
2.2.1 O princípio do devido processo legal (<i>due process of law</i>) e o <i>direito probante</i>	52
2.2.2 O princípio do acesso à jurisdição e o <i>direito probante</i>	55
2.2.3 O princípio da eficiência e o <i>direito probante</i>	58
2.2.3.1 O Princípio da eficiência na Constituição Federal de 1988...	60

2.2.3.2	O Princípio da eficiência na legislação infraconstitucional...	61
2.2.3.3	O Princípio da eficiência e o Poder Judiciário.....	63
2.2.4	O princípio da duração razoável do processo e da celeridade e o <i>direito probante</i>	65
2.2.5	O princípio do contraditório, da ampla defesa e o <i>direito probante</i> ...	69
2.2.6	O princípio da proibição das provas obtidas por “meios ilícitos” e o <i>direito probante</i>	72
2.2.7	Provas derivadas.....	75
2.3	O <i>direito probante</i> como direito fundamental.....	76
2.3.1	O <i>direito probante</i> como direito fundamental do jurisdicionado.....	76
2.3.2	O <i>direito probante</i> como um direito fundamental no modelo constitucional de processo civil brasileiro.....	79
2.3.3	A prova como elemento do <i>direito probante</i>	82
2.3.3.1	A prova como elemento de convencimento do jurisdicionado na adoção de estratégias processuais e extraprocessuais.....	84
2.4	A natureza jurídica das leis relativas à prova. Prova é “direito material” ou “direito processual”?.....	87
2.5	O exercício do <i>direito probante</i> no processo individual e no processo coletivo.....	93
2.6	Os princípios que regem a prova no processo civil brasileiro.....	96
2.6.1	Princípio da adstrição à prova.....	96
2.6.2	Princípio da aquisição da prova no processo.....	97
2.6.3	Princípio do convencimento motivado.....	98
2.6.4	Princípio da máxima eficiência dos meios probatórios.....	99
2.7	O direito da parte de não produzir provas contra si própria.....	101
2.8	A cooperação no processo e as provas.....	111
2.8.1	Modelos processuais.....	111
2.8.2	Cooperação processual conforme disposto no art. 6.º do CPC/2015...	113
2.8.3	A cooperação processual como novidade do processo civil brasileiro?.....	117
2.8.4	A necessidade de interpretação dos limites e efeitos da cooperação processual.....	118
2.8.5	A cooperação no processo e o <i>direito probante</i>	119
2.8.6	A figura do Juiz de Cooperação e do Juiz Cooperante.....	122
2.9	A máxima eficiência probatória.....	126
2.9.1	A eficiência da tutela jurisdicional no contexto probatório.....	131
2.10	A quem se destinam as provas?.....	132
2.11	A função da prova – necessidade de uma nova visão.....	143
2.12	O convencimento do juiz, o requerimento das partes e as provas necessárias ao julgamento de mérito.....	144

3. A PROCEDIMENTALIZAÇÃO DA AÇÃO DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS À LUZ DA EFICIÊNCIA E DA DURAÇÃO RAZOÁVEL NO PROCESSO CIVIL INDIVIDUAL E COLETIVO	153
3.1 Código de Processo Civil de 1939 – concepção publicista na questão probatória.....	153
3.2 Código de Processo Civil de 1973 e a produção antecipada de provas	158
3.3 Código de Processo Civil de 2015 e a produção antecipada de provas	164
3.3.1 Ação de produção antecipada de provas e ação probatória autônoma – apenas uma questão de nomenclatura?	168
3.3.2 Objeto, regramento e requisitos normativos da antecipação da prova....	170
3.3.3 Hipóteses da antecipação da prova.....	174
3.3.4 Caráter antecedente ou incidente do pedido de antecipação da prova.....	175
3.3.4.1 Produção antecipada de provas antecedente ou incidente com o requisito de urgência.....	178
3.3.4.2 Produção antecipada de provas antecedente ou incidente sem o requisito de urgência com o objetivo de possibilitar a autocomposição ou outra forma de solução de conflito.....	180
3.3.4.3 Produção antecipada de provas sem o requisito de urgência com o objetivo de justificar ou evitar ajuizamento de ação futura	182
3.3.4.4 Produção antecipada de provas fundada em mais de uma hipótese legal.....	184
3.3.5 A ação de produção antecipada de provas no sistema multiportas de solução de conflitos	185
3.3.6 Processos administrativos e a ação de produção antecipada da prova.....	187
3.3.7 Prova extrajudicial e a ação de produção antecipada de provas.....	188
3.3.8 A ação de produção antecipada de provas e o sistema de produção de provas dos países de <i>Common Law</i>	190
3.3.9 A ação de produção antecipada de provas na condição de prova emprestada	193
3.4 Interesse processual.....	198
3.5 A competência jurisdicional e a ação de produção antecipada de provas no Código de Processo Civil de 2015.....	200
3.6 Processamento e desfecho da ação de produção antecipada de provas no Código de Processo Civil de 2015.....	204
3.7. A defesa e o recurso na ação de produção antecipada de provas.....	208
3.8 Ministério Público, inquérito civil e a produção de provas – O valor probatório.....	219
3.9 Ação de produção antecipada de provas e os demais colegitimados para a propositura da ação civil pública.....	226

3.10 Do julgamento antecipado parcial do mérito e a ação de produção antecipada de provas.....	228
3.11 Ação de produção antecipada de provas e a questão ambiental – instrumento processual como tutela do meio ambiente.....	230
3.11.1 Introdução.....	230
3.11.2 Ação de produção antecipada de provas como ação autônoma no processo individual e no processo coletivo.....	232
3.11.3 Ação de produção antecipada de provas como instrumento de conhecimento prévio dos fatos para a tutela do meio ambiente.....	236
3.11.4 Ação de produção antecipada de provas como mecanismo de celeridade e segurança jurídica.....	237
3.11.5 A ação de produção antecipada de provas antecedente como instrumento de eficácia processual nos casos de danos ambientais de âmbito nacional ou regional diante da regra do art. 93 do Código de Defesa do Consumidor.....	239
3.11.6 A ação de produção antecipada de provas e a sua dimensão procedimental de tutela do meio ambiente.....	244
3.11.7 A ação de produção antecipada de provas como instrumento facilitador da propositura da Ação Popular em defesa do meio ambiente.....	245
3.11.8 A Ação de Produção Antecipada de Provas e os Princípios da Precaução e da Prevenção na tutela do meio ambiente.....	249
3.11.9 A Ação de Produção Antecipada de Provas como instrumento de participação popular na defesa do meio ambiente pela via processual.....	252
CONCLUSÃO.....	255
REFERÊNCIAS.....	259
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.....	267